



Manifesto de repúdio às recomendações do Ministério da Fazenda e de apoio às universidades públicas do estado

A crise da UERJ é um golpe duro na democracia brasileira, promovendo a destruição de anos de trabalho e dedicação ao ensino, à pesquisa e aos projetos de extensão de caráter popular. A sociedade brasileira, além da fluminense e da carioca, é a principal prejudicada.

A UERJ foi, até recentemente, um importante laboratório de inclusão social por meio da ampliação do acesso ao ensino, à pesquisa e à extensão e isso atraiu novos atores às disputas políticas, pois muitos deles lidavam diretamente com as demandas da população na ausência de políticas públicas continuadas. Foi pioneira na implantação do sistema de cotas raciais (Lei nº 3524/2000) num momento em que apenas 4% da população brasileira (dados de 1997), constituída de pretos e pardos, tinham acesso à universidade. Esse pioneirismo foi de encontro aos interesses das elites que temem perder o controle das instituições de ensino.

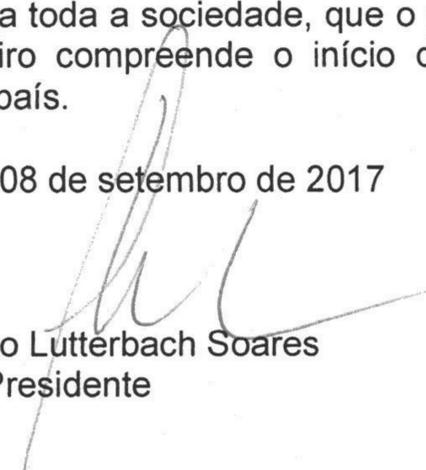
O que está em jogo, portanto, é um projeto de universidade pública voltada à inclusão social. Um projeto que passou a criar acesso ao ensino superior, às condições de pesquisa e a gerar benefícios concretos, via formação intelectual, profissional e crítica, para as camadas sociais da população brasileira, historicamente alijadas do acesso ao conhecimento científico, mas também de permitir o acesso a uma universidade identificada com as demandas das populações quase sempre desassistidas pelo Estado. É este projeto que está sendo atacado e com ele todos os demais projetos acadêmicos e de inclusão, programas e planos de uma universidade voltada para o cidadão e à produção científica de excelência no Brasil.

Nenhum país moderno tornou-se uma nação democrática, justa e desenvolvida sem caminhar na contramão da absurda proposta do Ministério da Fazenda. Pelo contrário, investimentos sólidos e continuados em educação, ciência e tecnologia constituem a regra e nunca a exceção.

No contexto brasileiro, além de absurda, a proposta é um retrato acabado do atual retrocesso que vivemos. Reconcentrar os recursos públicos nas áreas privilegiadas é uma forma de abortar esse projeto de inclusão e reforçar novamente o processo de desigualdade e discriminação. Considerar que a universidade pública seja responsável pelo desequilíbrio das contas dos estados e da federação explicita a má fé de parte da classe política brasileira que resguarda os privilégios do capital e de parte da alta burocracia estatal.

O Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro repudia a recomendação do Ministério da Fazenda do atual governo, relativa às universidades públicas estaduais, se solidarizando com a luta dos professores, dos alunos e dos funcionários destas instituições. Este manifesto também tem o propósito de denunciar, para toda a sociedade, que o projeto proposto para as universidades estaduais do Rio de Janeiro compreende o início do desmonte de toda a estrutura de educação superior pública do país.

Rio de Janeiro, 08 de setembro de 2017


José Antonio Lutterbach Soares
Presidente